

Douglas Phillips Freitas

# Alienação PARENTAL

*Comentários à Lei 12.318/2010*

**4.<sup>a</sup> edição**

revista, atualizada e ampliada

De acordo com a Lei 13.058/2014 – Guarda Compartilhada





# SUMÁRIO

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	21
<b>1. SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL</b> .....	23
1.1 O que é “Síndrome de Alienação Parental”.....	23
1.1.1 Registros históricos .....	23
1.1.2 Conceito .....	25
1.1.3 Características (sintomas).....	26
1.1.4 “Gatilho” da alienação parental.....	29
1.1.5 Indicadores de Alienação Parental.....	30
1.2 O lado negro da alienação parental: cuidado aos operadores... ..	31
1.3 Alienação parental bilateral.....	33
1.4 Alienação parental judicial.....	33
1.5 Alienação parental decorrente da Lei Maria da Penha .....	35
1.6 Direito penal familista .....	35
<b>2. COMENTÁRIOS À LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL</b> ....	37
2.1 Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010.....	37
2.1.1 Texto sancionado.....	37
2.1.2 Texto vetado .....	39
2.2 Comentários.....	40

<b>3. PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR .....</b>	<b>59</b>
3.1 Regras da perícia multidisciplinar.....	59
3.1.1 Da nomenclatura – perícia multidisciplinar.....	59
3.2 Auxiliares permanentes e eventuais.....	61
3.3 Da perícia judicial.....	62
3.3.1 Do perito e da perícia.....	63
3.4 Do procedimento.....	64
3.4.1 Da nomeação do perito.....	67
3.4.2 Dos honorários .....	68
3.4.3 Dos assistentes técnicos.....	68
3.4.4 Da inquirição pelo juiz, dos quesitos suplementares e da nova perícia.....	69
3.4.5 Da publicidade .....	71
3.5 Anulação dos atos quando não há aplicação das regras da perícia .....	71
3.6 A diferenciação dos instrumentais .....	72
3.7 Perícia multidisciplinar – um compromisso ético e social....	73
3.8 Código de Ética do perito.....	74
3.9 Sigilo profissional e perícia.....	76
<b>4. INFLUÊNCIA DA PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR NAS DECISÕES JUDICIAIS .....</b>	<b>77</b>
4.1 Da decisão judicial e seu fundamento.....	77
4.2 Da perícia multidisciplinar como fundamento .....	81
4.2.1 Decisões judiciais.....	81
4.2.2 Recursos.....	83
4.2.2.1 Agravo de instrumento.....	83
4.2.2.2 Apelação .....	84
<b>5. PERÍCIA MULTIDISCIPLINAR NOS CASOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>87</b>
5.1 Convencimento do magistrado.....	87

5.2 Atuação do perito multidisciplinar: delimitação de campo...	88
5.2.1 Perito social.....	88
5.2.2 Perito psicológico.....	90
5.2.3 Outros peritos .....	91
5.2.4 Quadro de perícias multidisciplinares em relação ao objeto .....	91
<b>6. GUARDA COMPARTILHADA COMO FORMA DE REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>93</b>
6.1 Poder familiar e seu exercício .....	93
6.1.1 Do pátrio poder.....	93
6.1.2 Do exercício do poder familiar.....	98
6.2 Da guarda e suas modalidades.....	99
6.2.1 Do “mátrio poder”.....	101
6.2.2 Da guarda compartilhada (e sua diferença da alternada)..	102
6.2.2.1 Guarda alternada como espécie da unilateral... 105	
6.2.2.2 Guarda alternada como espécie da compartilhada.....	106
6.2.3 Da visita ao convívio .....	107
6.3 Da modificação do domicílio e ampliação da convivência quando há alienação parental.....	110
<b>7. RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA ALIENAÇÃO PARENTAL .....</b>	<b>113</b>
7.1 Abuso afetivo .....	113
7.1.1 A responsabilidade decorrente do poder familiar .....	113
7.1.1.1 Do “abandono afetivo”: dano moral pelo desamor.....	114
7.1.2 Do “abuso afetivo”: dano moral decorrente de alienação parental .....	118
7.2 Jurisprudência vinculada.....	121



<b>8. TRATAMENTO COMPULSÓRIO DE PAIS</b> .....	125
8.1 Da integral proteção da criança e do adolescente.....	125
8.2 Da prática de medidas alternativas .....	127
8.3 Da nomeação do perito .....	128
8.4 Experiência prática aplicada: relato .....	129
8.5 Modelo da ação de tratamento compulsório dos pais .....	131
<b>9. CONTRIBUIÇÕES – ARTIGOS DE JURISTAS COMPLEMENTARES À OBRA</b> .....	145
9.1. Mentiras infantis .....	145
9.1.1. Um cuidado... não uma regra.....	145
9.1.2. Mentiras infantis.....	146
9.2. Reflexões sobre alienação parental e a escala de indicadores legais de alienação parental.....	157
1. Primeira reflexão.....	158
2. Segunda reflexão.....	158
3. Terceira reflexão .....	160
4. Escala de indicadores legais de alienação parental .....	160
4.1. Princípios gerais de orientação vinculados à escala de indicadores legais de alienação parental.....	162
4.1.1. Princípios legais e processuais .....	162
4.1.2. Princípios deontológicos .....	162
4.2. Embasamento para Elaboração da Escala.....	163
4.3. Descrição das Variáveis .....	163
4.4. Considerações sobre a Escala de Indicadores Legais de Alienação Parental .....	164
4.5. Os possíveis resultados obtidos pela Escala.....	164
4.6. Responsabilidade sobre os Resultados.....	165
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	167
<b>ANEXOS</b> .....	175